



1.13 • Conjuntura Internacional

A política externa dos Estados Unidos depois de Obama*

Mariano Aguirre

A PARTIR DE 2017 que política exterior terão os Estados Unidos da América?

A resposta não se encontra nos evasivos enunciados dos candidatos à presidência, focados essencialmente na política nacional, mas no lugar que os EUA ocupam no sistema internacional multipolar.

A política externa a seguir por Washington estará relacionada com o declínio do seu poder político e económico global, com o declínio de outras potências, e com as formas de enfrentar novos actores violentos, especialmente não estatais.

Os Estados Unidos continuarão a procurar pontos em comum com a Rússia e a China, fomentando alianças económicas que equilibrem a diminuição do poder militar. O país evitará as intervenções militares massivas, utilizará tecnologia de ponta e exercerá a força de forma selectiva para não colocar em perigo os seus efectivos, e renunciará a construir ou reconstruir Estados. Paralelamente tratará de manter a liderança entre os seus aliados, pressionando-os para aumentar o investimento em defesa, continuando a cooperar com os governos, mesmo com os ditatoriais, desde que lhe ofereçam estabilidade (ainda que arraste problemas crescentes com o Paquistão, Arábia Saudita e Egito).

Vença quem vencer, continua a fazer parte do imaginário político da sociedade norte-americana que os EUA devem 'liderar' ou devem ser a 'primeira' nação do mundo. De qualquer das formas o país terá que pactuar com associados ou rivais num mundo onde já não é o líder.

'Terra queimada' e simplificações

Os candidatos republicanos e democratas até agora têm feito declarações mais ou menos genéricas. No Partido Republicano, Ted Cruz e Mario Rubio fazem gala em ser duros falcões contra a Rússia e a China. Apesar das suas origens latinas, não mostram grande interesse pela América Latina (antes pelo contrário). África nem existe nos seus horizontes, e ambos têm uma visão simplista da complexidade do Médio Oriente. Cruz, por exemplo, propôs acabar com o Estado Islâmico (EI) bombardeando massivamente a Síria e o Iraque (*carpet bombing*).

Donald Trump centrou todo o seu arsenal em construir uma agenda conservadora interna e só agora começou a pronunciar-se, confusa e contraditoriamente, sobre política exterior, inclinando-se para o isolacionismo, tendendo a relegar o país de guerras e grandes compromissos. Na primeira etapa de campanha, Trump limitou-se a propor *America first* com uma linguagem

de choque, simplificada, com propostas absurdas e erros graves, como por exemplo, sobre a proliferação nuclear, que causaram surpresa, na eventualidade da sua vitória.

Porém, numa intervenção a 26 de Abril, Trump mudou o rumo e o estilo, indicando que procurará recompor as relações com a Rússia e a China, e que se reunirá com os aliados europeus e asiáticos para discutir a sua contribuição em questões de defesa, buscando uma contribuição equilibrada que descanse menos sobre Washington. afirmou igualmente que se inibirá o mais possível no uso da força e não implicará os Estados Unidos em operações de "construção do estado", e que apenas procurará gerar estabilidade.

Multilateralismo e conservadorismo democrata

As propostas do democrata Bernie Sanders sobre política exterior não diferem das que têm sido implementadas pela administração de Barack Obama, com enfoque na necessidade de trabalhar com outros países para enfrentar questões globais como o terrorismo, a cooperação internacional, as alterações climáticas e as crises humanitárias. Sanders pretende evitar o uso unilateral da força, não incorrendo em intervenções como as do Iraque e do Afeganistão, usando-a selectivamente, com respeito pelo Direito Internacional, e promovendo a solução dos dois estados para Israel e Palestina.

“
Os Estados Unidos terão que aceitar os constrangimentos de um mundo com múltiplos poderes e impossível de controlar com visões simplistas.”

Hillary Clinton, a candidata que reunia mais possibilidades de chegar à Casa Branca, é uma democrata conservadora a quem interessa situar os Estados Unidos numa posição de liderança com acordos comerciais internacionais.

É menos reticente que Obama e Donald Trump ao uso da força, mas seria igualmente cautelosa em operacionalizar acções militares de envergadura, mesmo tendo apoiado a intervenção no Iraque em 2003. Depois do seu entusiasmo em mudar o regime na Líbia em 2011, quando era Secretária de Estado, seria mais resistente a lançar este tipo de intervenções como Presidente.

Por outro lado, procuraria estabelecer relações pragmáticas com a Rússia, China e países do Pacífico, a sua zona de grande interesse. A Europa continuaria a ser um aliado privilegiado, mas esperando uma maior contribuição dos seus membros em questões de defesa e na luta contra o Estado Islâmico e outras organizações terroristas. Apesar de ter criticado Obama por não ter organizado uma intervenção na Síria e não ter atacado o regime de Damasco quando, supostamente, usou armas químicas, é duvidoso que Clinton fosse além de aumentar o número de assessores militares e a entrega de armas e inteligência a alguns dos grupos armados sírios, algo que Obama já está a fazer.

A promoção dos direitos da mulher em países como o Afeganistão seria uma das prioridades da candidata democrata, o que a diferenciaria de outros candidatos. Nas suas preocupações está a segurança energética dos Estados Unidos, bem como a procura de uma maior coordenação na cooperação para o desenvolvimento norte-americano, a fim de acompanhar a diplomacia. Sobre o conflito entre Israel e a Palestina é muito céptica de que possa chegar-se a acordo e manteve uma posição mais pró-Israel que Obama e Sanders.

A herança de Obama

A política exterior norte-americana está em grande medida marcada pela administração Obama, pois o presidente democrata, o primeiro pós-imperial após o excessivo e errado uso da força feito pela administração de George W. Bush, foi o primeiro a reconhecer que os Estados Unidos não podem dominar nem liderar unilateralmente o sistema internacional.

Daí deriva a sua ênfase em apoiar a participação do país em acordos multilaterais sobre mudanças climáticas ou armas nucleares, ainda que a resistência do Congresso não lhe tenha permitido ir mais longe. Mesmo assim, numa entrevista recente à revista *The Atlantic*, o Presidente define-se como um 'internacionalista, dedicado a fortalecer as organizações multilaterais e as normas internacionais'.

ÊXITOS E TRIUNFOS DE BARACK OBAMA

- Acordo com o Irão sobre o seu programa nuclear
- Acordo em Paris sobre as mudanças climáticas
- Acordo com a Associação Trans-Pacífico, criando a maior zona livre de comércio do mundo
- Abertura a Cuba
- Apoio incondicional e sem interferências no processo de paz da Colômbia, sinal importante de uma relação diferente com a América Latina.

Os Estados Unidos passam uma séria crise interna (polarização política, infra-estruturas deficientes, desigualdades sociais agudas, revolta contra as elites) e falta de legitimização e credibilidade externa, particularmente no Médio Oriente. O seu poder vê-se confrontado, ora pelas denominadas potências emergentes, ora pelo desafio da Rússia em varias frentes, ora ainda pelo crescente poder económico e militar da China.

Em face desta situação, Obama adoptou uma posição diferente do tradicionalismo triunfalista norte-americano que tende a promover a democracia e a mudança de regimes, mesmo que seja necessário empregar a força. Como indica *The Atlantic* há situações em que é preciso “reconhecer que, ou não enfrentamos ameaças directas, ou não teremos as ferramentas de impacto e é melhor abstermo-nos, mesmo que isso provoque consequências trágicas”.

Reconhecimento, limites e ênfase

O Médio Oriente e a Rússia colocaram a Obama os maiores desafios. No primeiro caso pela complexidade e violência em que se tornou a chamada Primavera Árabe, especialmente as guerras na Síria, Líbia e Iémen, frente às quais Washington carece de políticas definidas. O Presidente preferiu responder com cautela, excepto no caso líbio, e ainda recentemente afirmou que foi um erro destituir Muammar Kadhafi sem ter um plano para o pós-guerra. Essa cautela valeu-lhe sérias críticas por não ter usado a força contra Bashar al-Assad na Síria, nos últimos cinco anos. Mas depois dos fracassos no Iraque e no Afeganistão, preferiu a prudência à possibilidade de envolver forças em outra guerra no Médio Oriente. Em paralelo, o número de ataques com aviões não tripulados (drones) aumentou significativamente sob a sua liderança. A Rússia representou um grande problema para Washington e para a Europa, a partir da ocupação da Crimeia e do apoio da secessão de parte da Ucrânia. O Presidente respondeu da mesma forma que os Estados Unidos e a NATO responderam às operações soviéticas em Berlim Oriental, Checoslováquia, Hungria e Polónia durante

A POLÍTICA DA ADMINISTRAÇÃO OBAMA TEM SIDO:

Realista, procurando um equilíbrio de poder com a China e a Rússia;

Pragmática, mais que ideológica, contrariamente ao neoconservadorismo de George W. Bush;

Selectiva, no uso da força, pois não se podem lutar todas as batalhas, há que optar onde se intervém pesando e minimizando os riscos;

Promotora, de acordos económico-comerciais;

Revisionista, da política dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, com a abertura ao Irão e a Cuba;

Reconhecimento, de erros ao apoiar a ditadura argentina de 1976;

Apoiante, no processo de paz na Colômbia e na transição no Myanmar;

Multilateralista, sem perder de vista os interesses nacionais.

a Guerra Fria: sanções, diplomacia e acções para evitar uma confrontação directa. A segurança nacional de Obama, como refere o director da *Foreign Affairs*, Gideon Rose, é ‘em vez de bombardeiros e soldados no terreno, usar ferramentas como os drones, sanções e negociações’.

Antes de abandonar a Casa Branca Obama apresenta triunfos em acordos com o Irão, em Paris e na Associação Trans-Pacífico, realçando-se igualmente o êxito da abertura a Cuba e o apoio incondicional e sem interferências no processo de paz da Colômbia, como um sinal importante de uma relação diferente com a América Latina. Nas suas linhas fundamentais, a política da administração Obama tem sido *realista*, mais *pragmática* que ideológica, *selectiva* no uso da força, *promotora* de acordos económico-comerciais, *revisionista* da política dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, de *reconhecimento* de erros anteriores, de *apoio* a processos de paz na América Latina e *multilateralista*, mas sem perder de vista os interesses nacionais.

A pessoa a ocupar a presidência aprofundará estas tendências. Haverá diferenças de ênfase e estilo, de acordo com quem triunfe, e parte desta agenda pode ficar secundarizada, como por exemplo, o revisionismo. Porém, os Estados Unidos terão que aceitar os constrangimentos de um mundo com múltiplos poderes e impossível de controlar com visões simplistas. Não aceitar esta realidade poderia causar mais falhas, aumentar a crise, bem como o impacto internacional negativo. ■

Referências

Goldberg, J. (2016), The Obama Doctrine, *The Atlantic*, (april), available at <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/2016/04/the-obama-doctrine/471525/>.

Rosa, G. (2015), What Obama gets right: keep calm and carry the liberal order on. *Foreign Affairs*, (Sep/Oct), available at <https://www.foreignaffairs.com/articles/what-obama-gets-right>.

Sanders, B. (2016), *War and Peace*, available at <https://berniesanders.com/issues/war-and-peace/>.

Traub, J. (2015), The Hillary Clinton doctrine, *Foreign Policy*, available at <http://foreignpolicy.com/2015/11/06/hillary-clinton-doctrine-obama-interventionist-tough-minded-president/>.

* Tradução Madalena Romão Mira